

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.787 - RS (2014/0016087-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**EMBARGANTE : ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD**  
**ADVOGADO : GELSA PINTO SERRANO E OUTRO(S) - RS025174**  
**ADVOGADOS : KARINA HELENA CALLAI - DF011620**  
**MAURÍCIO BRUM ESTEVES - RS084287**  
**EMBARGADO : EXCELSIOR S/A HOTÉIS DE TURISMO**  
**ADVOGADO : INGRID NEDEL SPOHR SCHMITT - RS068625**

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos declaratórios opostos por ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - ECAD, em face da decisão de fls. 1.125/1.132 e-STJ, que deu provimento ao agravo em recurso especial.

A parte embargante sustenta que os honorários advocatícios deveriam ser arbitrados em conformidade com a regra do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, vale dizer, com base no valor do proveito econômico obtido.

Sem razão, contudo. O recurso especial foi interposto em 2012, antes, portanto, da entrada em vigor do novo diploma processual, motivo por que os honorários foram arbitrados com base no art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil/1973.

Em face do exposto, rejeito os embargos declaratórios.

Intimem-se.

Após, retornem os autos conclusos para o julgamento do agravo interno de fls. 1.146/1.150 e-STJ.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
Relatora